

19/10/2010

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 577.304 GOIÁS

RELATOR	: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S)	: ESTADO DE GOIÁS
ADV.(A/S)	: PGE-GO - RONALD CHRISTIAN ALVES BICCA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: PATRÍCIA LIEKO BORRIELLO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: JUSCIMAR PINTO RIBEIRO E OUTRO(A/S)

EMENTA: TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRIBUIÇÃO COMPULSÓRIA PARA O CUSTEIO DE SAÚDE. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 149, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO. ADI 3.106/MG. AGRAVO IMPROVIDO.

I – No julgamento da ADI 3.106/MG, firmou-se entendimento de que a instituição de contribuições compulsórias para o custeio da saúde, realizada pelos Estados, contraria o art. 149, § 1º, da Constituição. Restou consignado, nessa ocasião, que contribuições dessa espécie somente são admissíveis quando forem voluntárias.

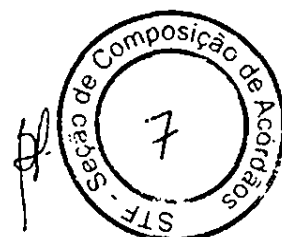
II – Na mesma linha, foi afirmado quando do julgamento do RE 573.540-RG/MG, que é ilegal a cobrança compulsória de contribuição instituída para financiamento de plano de saúde para servidor público.

III – Agravo regimental improvido.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por decisão unânime, negar provimento ao agravo regimental no agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, a Ministra Cármen Lúcia.

Brasília, 19 de outubro de 2010.



AI 577.304 AgR / GO

RICARDO LEWANDOWSKI – PRESIDENTE E RELATOR

17/08/2010

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 577.304 GOIÁS

RELATOR	: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
AGTE.(S)	: ESTADO DE GOIÁS
ADV.(A/S)	: PGE-GO - RONALD CHRISTIAN ALVES BICCA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: PATRÍCIA LIEKO BORRIELLO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: JUSCIMAR PINTO RIBEIRO E OUTRO(A/S)

### RELATÓRIO

O Sr. Ministro RICARDO LEWANDOWSKI: Trata-se de agravo regimental contra decisão que negou seguimento a agravo de instrumento sob o fundamento de que a contribuição compulsória de servidor para a saúde não pode ser instituída, conforme entendimento desta Corte.

O agravante sustenta, em suma, que a decisão agravada deve ser reformada e insiste, dessa forma, no processamento do recurso extraordinário. Alega que, caso prevaleça a

*"(...) hermenêutica do Acórdão da Corte do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, se firmará clamorosa afronta aos dispositivos constitucionais supracitados, uma vez que se suprimirá a delegação aos Estados-Membros da possibilidade de instituírem Sistema de Previdência e Assistência Social próprios, com seus respectivos mecanismos de contribuição e custeio para tanto (...)" (fl. 304)*

Esclareço, ainda, que em 3/8/2009, determinei o sobrestamento destes autos para aguardar o julgamento do RE 573.540-RG/MG, visto que há, no presente caso, discussão sobre matéria idêntica – cobrança de contribuição para o custeio de assistência médico-hospitalar de servidores públicos.

É o relatório.

17/08/2010

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 577.304 GOIÁS

VOTO

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI** (Relator):  
Preliminarmente, afasto o sobrestamento de fl. 308. Eis o teor da decisão agravada:

*"Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário. O acórdão recorrido concedeu a segurança pleiteada determinando que as autoridades coatoras deixassem de efetuar a cobrança da contribuição compulsória para assistência à saúde dos proventos dos ora agravados.*

*No recurso extraordinário, interposto com base no art. 102, III, a, da Constituição, alegou-se ofensa aos arts. 149 e 194 e seguintes, da mesma Carta.*

*O recurso não merece acolhida. É que o acórdão recorrido decidiu a questão em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido, a decisão do Pleno no julgamento da ADI 1.920-MC, Rel. Min. Nelson Jobim, cuja ementa segue transcrita:*

*'CONSTITUCIONAL. LEI 7.249/98 DO ESTADO DA BAHIA. CRIA SISTEMA PRÓPRIO DE SEGURIDADE SOCIAL QUE COMPREENDE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSISTÊNCIA À SAÚDE. INSTITUI CONTRIBUIÇÃO COMPULSÓRIA DOS SERVIDORES DO ESTADO PARA A SAÚDE. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 149, PARÁGRAFO ÚNICO DA CF. REGRA DE EXCEÇÃO QUE SE INTERPRETA RESTRITIVAMENTE. INATACÁVEL O ART. 5º POIS APENAS RELACIONA OS SEGURADOS OBRIGATÓRIOS, NÃO QUALIFICA A CONTRIBUIÇÃO. LIMINAR DEFERIDA EM PARTE.'*

*Isso posto, nego seguimento ao recurso" (fl. 295).*

AI 577.304 AcR / GO

Bem reexaminada a questão, verifica-se que a decisão ora atacada não merece reforma, visto que o recorrente não aduz argumentos capazes de afastar as razões nela expendidas.

O tribunal de origem decidiu a causa nos seguintes termos:

*"Em razão disso, o servidor público em geral não está sujeito ao pagamento de contribuição obrigatória para custeio de sistema de saúde e é absolutamente inconstitucional qualquer cobrança com tal finalidade pelos Estados e pelos Municípios, haja vista que a única contribuição social constitucional permitida é aquela destinada ao custeio de sistema previdenciário e de assistência social.*

*Em face da não recepção da Lei Estadual de n. 10.150/86 pelas vigentes Constituições Federal e Estadual, e desde que propiciada uma outra opção legislativa, nada obsta que os servidores estaduais possam continuar filiados ao Ipasgo na condição de segurados facultativos, não podendo ser compelidos a contribuir para o 'plano de saúde estadual'" (fls. 166-167)*

Ou seja, o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento jurisprudencial desta Corte. Em 14/4/2010, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, julgou parcialmente procedente a ADI 3.106/MG, em que se questionava, dentre outras matérias, a cobrança compulsória de assistência médica, hospitalar, odontológica, social, farmacêutica e complementar de servidores temporários prestada pelo Instituto de Previdência dos Servidores de Minas Gerais (IPSEMG). Na ocasião, os ministros desta Corte entenderam que a instituição de contribuições compulsórias para o custeio da saúde, realizada pelos Estados, contraria o art. 149, § 1º, da Constituição. Restou consignado, ainda, que contribuições dessa espécie somente são admissíveis quando forem voluntárias.

**AI 577.304 AgR / GO**

Nessa mesma data, os ministros negaram provimento ao RE 573.540-RG/MG, sob o fundamento de que é ilegal a cobrança compulsória de contribuição instituída para financiamento de plano de saúde para servidor público.

Isso posto, afasto o sobrestamento de fl. 308 e nego seguimento ao agravo regimental.

**PRIMEIRA TURMA****EXTRATO DE ATA****AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 577.304**

PROCED. : GOIÁS

**RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**

AGTE.(S) : ESTADO DE GOIÁS

ADV.(A/S) : PGE-GO - RONALD CHRISTIAN ALVES BICCA E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : PATRÍCIA LIEKO BORRIELLO E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : JUSCIMAR PINTO RIBEIRO E OUTRO(A/S)

**Decisão:** Após os votos dos Ministros Ricardo Lewandowski, Relator-Presidente, e Dias Toffoli, e da Ministra Cármen Lúcia, que negavam provimento ao agravo regimental no agravo de instrumento, pediu vista do processo o Ministro Marco Aurélio. 1ª Turma, 17.08.2010.

**Decisão:** A Turma negou provimento ao agravo regimental no agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator. Unânime. Ausente, justificadamente, a Ministra Cármen Lúcia. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. 1ª Turma, 19.10.2010.

Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio e Dias Toffoli. Ausente, justificadamente, a Ministra Cármen Lúcia.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo de Tarso Braz Lucas.

Fabiane Duarte  
Coordenadora